

DECRETO Nº 155 DE 02 DE JULHO DE 2019.

“Dispõe sobre aprovação do projeto de Loteamento denominado RESIDENCIAL BARNABÉ e dá outras providências”.

JOSÉ GERALDO GARCIA, Prefeito da Estância Turística de Salto, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o projeto do loteamento denominado “RESIDENCIAL BARNABÉ”, situado na Gleba “3-A1” – Avenida sem Denominação, Bairro Guarujá, em uma gleba com área total de 330.600,00 m², descrita na matrícula nº 58.567 da Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Salto - SP, de propriedade da ALMA GUARUJÁ ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 23.859.000/0001-47, com sede na Rua José Revel, nº 669, Piso Superior, Sala 03, Centro, em Salto/SP, cujo processo para aprovação foi protocolizado nesta Prefeitura sob nº 9454/2016, aprovado pelo GRAPROHAB-Grupo de Análise de Aprovação de Projetos Habitacionais, por meio do certificado nº 115/2018, composto por 828 (oitocentos e vinte e oito) lotes.

Art. 2º. As obras e melhoramentos que deverão ser executadas no loteamento, a cargo da proprietária, são constantes dos projetos aprovados e compreendem:

- a) Locação dos lotes com estacas de material imputrescível, cravadas no solo e expostas até 10 cm acima do nível do terreno, conforme o projeto do loteamento;
- b) Execução do movimento de terra projetado;
- c) Instalação da rede de distribuição de água potável, conforme projeto aprovado;
- d) Implantação da rede de coleta de esgotos;
- e) Locação, abertura, pavimentação, guias e sarjetas de todas as ruas do loteamento, observando a perfeita concordância na continuidade do sistema viário existente;
- f) Construção da rede de iluminação pública e energia elétrica compatível com as exigências da concessionária local;
- g) Construção de galerias para águas pluviais, conforme projeto aprovado;
- h) Arborização de todas as vias do loteamento e das demais áreas contempladas no projeto;
- i) Construção de calçadas e mureta com altura de 60cm ou fechamento com alambrado até a altura de 2,00m de todas as faces das áreas institucionais que confrontarem com vias públicas ou áreas verdes.
- j) Implantação da sinalização de trânsito horizontal e vertical, incluindo o emplacamento informativo com nomes das ruas assim que aprovados pela Câmara Municipal.

Art. 3º. As obras deverão ser executadas de acordo com os prazos do cronograma de execução, com duração

prevista para 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.

Art. 4º. Ficam caucionados ao Município, na forma da legislação aplicável, os 166 (cento e sessenta e seis) lotes discriminados da seguinte forma:

QUADRA “C”: Lotes de 01 ao 4444 lotes;
 QUADRA “M”: Lotes de 01 ao 38.....38 lotes;
 QUADRA “N”: Lotes de 01 ao 16 e do lote 30 ao 40.....27 lotes;
 QUADRA “R”: Lotes de 01 ao 2525 lotes;
 QUADRA “T”: Lotes de 01 ao 3232 lotes.

TOTAL166 lotes.

§1º. Os lotes caucionados não poderão ser alienados, cedidos ou comprometidos antes que sejam liberados por ato específico.

§2º. O eventual recebimento parcial, será restrito aos lotes localizados em vias dotadas da infraestrutura completa prevista no Art. 2º, deste decreto.

§3º. Acaução será formalizada por alienação fiduciária cujo instrumento consignará o valor da garantia, correspondente ao valor de garantia das obras de infraestrutura.

Art. 5º. Os lotes relacionados no artigo anterior, serão liberados da caução mediante Decreto de aceitação, quando as obras relacionadas neste decreto estiverem integralmente concluídas e entregues pela proprietária ao município, podendo a critério da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, receber parcialmente, conforme as obras forem executadas.

Art. 6º. As áreas que passarão a constituir bens públicos, sem ônus para o Município são:

- I - As áreas verdes (67.912,40m²);
- II - As áreas institucionais (17.109,25m²) e
- III - Sistema viário (76.175,40m²).

Art. 7º. Após o registro do loteamento no Serviço de Registro de Imóveis, o empreendedor deverá apresentar à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, uma cópia do Contrato padrão de compromisso de venda e compra dos lotes, onde deverá constar:

- a) Que os lotes se destinam à ocupação prevista na Lei Municipal nº 3694/2017, para uso misto unifamiliar, multifamiliar, comercial e pequenas indústrias e oficinas, onde as atividades econômicas permitidas serão absolutamente compatíveis com as características do entorno residencial, quanto ao tipo de comércio, porte e horário de funcionamento, com as limitações fixadas no Art. 35, da lei mencionada;
- b) Que a área objeto do presente loteamento se localiza na ZONA 3 – ÁREA DE INTERESSE SOCIAL, de acordo com o Art. 6º da Lei Municipal 3694/2017;
- c) Que o uso e ocupação do solo respeitarão as características fixadas no Inciso “V” do Art. 3º da Lei Municipal 3694/2017;
- d) Que a edificação nos lotes somente será permitida

após a devida análise e aprovação do projeto pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano;

e) Que todas as edificações sejam dotadas de reservatório com capacidade informada no projeto a ser submetido à análise e aprovação pela Prefeitura;

f) Que os lotes são indivisíveis. Sendo permitido apenas o desdobro de lotes resultantes de unificações, cuja redivisão não gere lotes com área inferior que a do menor lote existente antes da unificação.

Art. 8º. A Prefeitura, por intermédio de seu corpo técnico, fiscalizará a execução das obras e serviços de implantação do loteamento, podendo a seu critério solicitar a apresentação de atos ou documentos referentes ao controle tecnológico do acompanhamento da obra.

Art. 9º. Aplicam-se ainda as disposições contidas na Lei Federal nº 6.766/79 e as disposições expressas nas diretrizes do loteamento.

Art. 10º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 02 de julho de 2019 – 321º da Fundação

JOSÉ GERALDO GARCIA

Prefeito Municipal

MÁRIO GILMAR MAZETTO

Secretário de Governo

Registrado no Gabinete do Prefeito e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município

DECRETO Nº 156 DE 02 DE JULHO DE 2019.

“Dispõe sobre aprovação do projeto de Loteamento denominado JARDIM JAMBEIRO e dá outras providências”.

JOSÉ GERALDO GARCIA, Prefeito da Estância Turística de Salto, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovado o projeto do loteamento denominado “JARDIM JAMBEIRO”, situado na Estrada Municipal SLT 170 (prolongamento da Av. José Maria Marques de Oliveira), Sítio Jambeiro, Bairro do Buru, com área loteada de 143.328,50 m², descrita em parte da matrícula nº 58.602 da Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Salto, que contém a área total de 293.848,25 m², da qual remanesce uma área de 150.519,75 m², de propriedade da FAMA ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 13.786.613/0001-48, com sede na Estrada Municipal Elias Fausto, Km 8, Sítio Buru, no Bairro do Buru, Salto-SP, cujo processo para aprovação foi protocolizado nesta Prefeitura sob nº 9825/2017, aprovado pelo GRAPROHAB-Grupo de Análise de Aprovação de Projetos Habitacionais, por meio

do certificado nº 175/2019, composto por 377 (trezentos e setenta e sete) lotes.

Art. 2º. As obras e melhoramentos que deverão ser executadas no loteamento, a cargo da proprietária, são constantes dos projetos aprovados e compreendem:

a) Locação dos lotes com estacas de material imputrescível, cravadas no solo e expostas até 10 cm acima do nível do terreno, conforme o projeto do loteamento;

b) Execução do movimento de terra projetado;

c) Instalação da rede de distribuição de água potável, conforme projeto aprovado;

d) Implantação da rede de coleta de esgotos;

e) Locação, abertura, pavimentação, guias e sarjetas de todas as ruas do loteamento, observando a perfeita concordância na continuidade do sistema viário existente;

f) Construção da rede de iluminação pública e energia elétrica compatível com as exigências da concessionária local;

g) Construção de galerias para águas pluviais, conforme projeto aprovado;

h) Arborização de todas as vias do loteamento e das demais áreas contempladas no projeto;

i) Construção de calçadas e mureta com altura com altura de 60cm ou fechamento com alambrado até a altura de 2,00m de todas as faces das áreas institucionais que confrontarem com vias públicas ou áreas verdes.

j) Implantação da sinalização de trânsito horizontal e vertical, incluindo o emplacamento informativo com nomes das ruas assim que aprovados pela Câmara Municipal.

Art. 3º. As obras deverão ser executadas de acordo com os prazos do cronograma de execução, com duração prevista para 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.

Art. 4º. Ficam caucionados ao Município, na forma da legislação aplicável, os 76 (setenta e seis) lotes discriminados da seguinte forma:

QUADRA “G”:	Lotes de 01 ao 12	12 lotes;
QUADRA “H”:	Lotes de 01 ao 16.....	16 lotes;
QUADRA “I”:	Lotes de 01 ao 16	16 lotes;
QUADRA “K”:	Lotes de 19 ao 26	08 lotes;
QUADRA “L”:	Lotes de 01 ao 24	24 lotes;

TOTAL 76 lotes.

§1º. Os lotes caucionados não poderão ser alienados, cedidos ou comprometidos antes que sejam liberados por ato específico.

§2º. O eventual recebimento parcial, será restrito aos lotes localizados em vias dotadas da infraestrutura completa prevista no Art. 2º, deste decreto.

§3º. Acaução será formalizada por alienação fiduciária cujo instrumento consignará o valor da garantia, correspondente